

EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL, S.A.
ASSEMBLEIA GERAL ANUAL
21 de Abril de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO RELATIVA AO PONTO 9 DA ORDEM DE TRABALHOS

Eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral para o triénio 2015-2017

Considerando que:

- a) O artigo 12.º dos Estatutos da EDP – Energias de Portugal, S.A. (EDP) estabelece que a mesa da assembleia é constituída por um presidente e um vice-presidente, eleitos pela Assembleia Geral, e pelo secretário da sociedade.
- b) O mandato dos actuais membros da Mesa da Assembleia Geral, designados pela Assembleia Geral de Accionistas da EDP para o triénio 2012-2014, terminou no passado dia 31 de Dezembro de 2014.

Propõe-se que os Senhores Accionistas aprovem:

A eleição das pessoas seguidamente indicadas enquanto membros da Mesa da Assembleia Geral para exercerem funções no mandato do triénio 2015-2017:

- António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino (Presidente)
- Rui Pedro Costa Melo Medeiros (Vice-presidente)
- Secretário da Sociedade (a designar pelo Conselho de Administração Executivo).

Lisboa, 16 de Março de 2015

Os Accionistas



CWEI (Europe) S.A.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO RELATIVA AO PONTO 9 DA ORDEM DE TRABALHOS

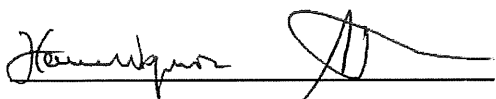
Eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral para o triénio 2015-2017.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several overlapping loops and a vertical line, positioned above a horizontal line.

Oppidum Capital, S.L.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO RELATIVA AO PONTO 9 DA ORDEM DE TRABALHOS

Eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral para o triénio 2015-2017.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Henrique', is written over a horizontal line. To the right of the signature, there is a large, stylized circular mark or stamp.

Fundação Millennium bcp

ANTÓNIO VITORINO



Contactos:

Praça Marquês de Pombal, N° 2º
1250-160 Lisboa - Portugal

Tel: 351 21 355 38 00

Fax: 351 21353 23 62

e-mail: antonio.vitorino@cuatrecasas.com

Dados Pessoais: Nascido em Lisboa, em 1957. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1981. Mestrado em Ciências Jurídico -Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1986.

Percurso Profissional: Inscrito na Ordem dos Advogados desde 1982. Assistente da Faculdade de Direito de Lisboa desde 1982. Professor Convidado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa entre 2008 e 2010. Deputado à Assembleia da República entre 1980 e 2006. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (1983-1985). Secretário Adjunto do Governo de Macau (1986-1987). Juiz do Tribunal Constitucional (1989-1994). Deputado ao Parlamento Europeu (1994-1995). Ministro da Presidência e da Defesa Nacional (1995-1997). Comissário Europeu para a Justiça e os Assuntos Internos (1999-2004). Presidente da Mesa da Assembleia-geral do Banco Santander Totta, da Finpro SCR, SA, da Brisa, Auto- Estradas de Portugal, S.A. e da Novabase SGPS, Presidente do Conselho Fiscal da Siemens Portugal, e da Tabaqueira Indústria, Presidente não Executivo da Áreas (Portugal), Administrador dos CTT, Correios de Portugal.

Presidente da Notre Europe – Instituto Jacques Delors, Paris.

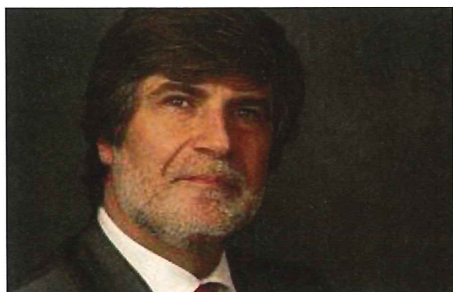
Sócio da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira a partir de Dezembro de 2005.

Associações Profissionais: Inscrito na Ordem dos Advogados.



CURRICULUM VITAE

RUI MEDEIROS



Data e Local de Nascimento: 1963, Lisboa

Cédula Profissional: 8468L

E-mail: rm@servulo.com

PERFIL

Rui Medeiros é licenciado (1987), mestre (1991) e doutorado (1999) em Direito.

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, onde foi Diretor entre 2002 e 2005. Primeiro Diretor do *Catolica Research Centre for the Future of Law*.

Sócio da sociedade de advogados Sérvulo & Associados.

Membro do European Group of Public Law. Autor de publicações várias na área do Direito Público.

Foi Presidente da Comissão de Monitorização da Reforma do Arrendamento Urbano e do Grupo de Trabalho que elaborou o Código dos Contratos Públicos. Foi ainda membro da Comissão da Ordem dos Advogados que procedeu à elaboração de um anteprojeto de nova lei sobre a responsabilidade civil do Estado, bem como da Comissão que preparou a Lei da Água. É orador convidado e autor de um largo número de livros e artigos sobre as suas áreas de especialidade. As suas áreas de atividade preferenciais são Direito Público, Contencioso e Arbitragem.

PERCURSO PROFISSIONAL

Inscrito na Ordem dos Advogados desde 1990.

Exercício de advocacia, como sócio, na «Sérvulo & Associados», desde 1999.

Presidente da Comissão de Monitorização da Reforma do Arrendamento Urbano e do Grupo de Trabalho que elaborou o Código dos Contratos Públicos. Membro da Comissão da Ordem dos Advogados que procedeu à elaboração de um anteprojeto de nova lei sobre a responsabilidade civil do Estado, bem como da Comissão que preparou a Lei da Água.

PUBLICAÇÕES

Além da participação, enquanto conferencista em diversas conferências e seminários, autor e coautor de várias publicações, entre as quais se destacam:

- *Ordem dos Advogados: a tentação de uma ordem corporativa e fechada* (no prelo).
- *Segurança no emprego de trabalhadores em funções públicas - a tutela reforçada dos trabalhadores com nomeação definitiva segundo o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 474/2013* (em coautoria com Jorge Pereira da Silva, no prelo).



CURRICULUM VITAE

- *A Constituição portuguesa num contexto global*, Lisboa: UCE, 2015.
- *Arbitragem necessária e Constituição*, in *Estudos em memória do Conselheiro Artur Maurício*, Coimbra Editora, 2014.
- *A jurisprudência constitucional portuguesa sobre a crise: entre a ilusão de um problema conjuntural e a tentação de um novo dirigismo constitucional*, in *O Tribunal Constitucional e a crise*, Coimbra: Almedina, 2014.
- *The New Directive 2014/24/EU on Public Procurement: A First Overview*, in *The new Directive 2014/24/EU on Public Procurement* (eds. Luís Valadares Tavares / Rui Medeiros / David Coelho), Lisboa, 2014.
- *O novo mapa judiciário perante o estatuto constitucional do Ministério Público*, Lisboa, 2009 (reimpressão em 2014, em coautoria com José Lobo Moutinho).
- “Contratação coletiva e universidades públicas” (em coautoria com João Lamy da Fontoura) in *Direito e Justiça - Estudos dedicados ao Professor Doutor Nuno Espinosa Gomes da Silva*, 2013, UCE, Vol. II, pp. 447 ss.
- *Comentário ao Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas* (org. Rui Medeiros), Lisboa: UCE, 2013.
- “Responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas”, in *Enciclopédia da Constituição Portuguesa*, Lisboa: Quid Iuris, 2013, pp. 341 ss.
- “Raízes e contexto da distinção binária entre sistemas multimunicipais e sistemas municipais no setor da água e perspetivas de futuro”, in *Direito da Água*, Lisboa: ERSAR / FDUL, 2013, pp. 67 ss.
- “Uma leitura constitucionalmente comprometida da Concordata”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, Vol.III, Coimbra: Coimbra Editora, 2012.
- “Internacionalismo defensivo e compromisso europeu na constituição portuguesa”, in *Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles*, Vol.II, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 649 ss.
- “Uma revisão não consumada: a revisão constitucional de 2004 e a tentativa fracassada de alargamento da competência legislativa regional”, in *Estudos dedicados ao Professor Doutor Luís Alberto Carvalho Fernandes*, Vol.III, Lisboa: UCE, 2011 (em coautoria com Armando Rocha).
- “«Remuneração Compensatória Regional» no quadro das restrições remuneratórias impostas na Lei do Orçamento do Estado para 2011”, in *Açores: uma reflexão jurídica*, Coimbra: Coimbra Editora / Sérvulo, 2011 (em coautoria com João Lamy da Fontoura).
- A tentativa fracassada de alargamento da competência legislativa regional na revisão de 2004 e a próxima revisão constitucional, in *Açores: uma reflexão jurídica*, Coimbra: Coimbra Editora / Sérvulo, 2011.
- “A proteção processual do adjudicatário em face de uma recusa de visto no âmbito da fiscalização prévia de contratos pelo Tribunal de Contas”, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 1 (2011).
- “Direitos, Liberdades e Garantias e Direitos Sociais: entre a unidade e a diversidade”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Manuel Sérvulo Correia*, I, Coimbra: Coimbra Editora, 2010.
- “O controlo de custos nas empreitadas de obras públicas através do novo regime de trabalhos de suprimento de erros e omissões e de trabalhos a mais”, in *Estudos de Contratação Pública*, Vol.II, Coimbra: Coimbra Editora, 2010.



CURRICULUM VITAE

- *Direito da Concorrência e Ordens Profissionais*, Coimbra: Coimbra Editora, 2010 (em coautoria com Sérgio Correia, Tiago Fidalgo de Freitas e Rui Tavares Lanceiro).
- “Regime da relação entre associados e sociedades de advogados”, in *2º Encontro Nacional das Sociedades de Advogados de Portugal*, ASAP, Estoril, 2009.
- “Constitution et famille(s), in *Annuaire International de Justice Constitutionnelle*, XXIV, 2008” (texto que reproduz, com algumas atualizações a anotação aos artigos 36.º e 67.º da primeira edição da *Constituição Anotada* elaborada em coautoria com Jorge Miranda).
- “Âmbito do novo regime da contratação pública à luz do princípio da concorrência”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 69, págs. 3-29.
- *Responsabilidade Civil dos Poderes Públicos*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2005.
- “A força expansiva do conceito de norma fiscalizável no sistema português de fiscalização concentrada da constitucionalidade”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Armando M. Marques Guedes*, Coimbra: Coimbra Editora, 2004, págs. 183-202.
- “A contratação pública nos sectores com regime especial - água, energia, transportes e telecomunicações”, in *La contratación pública en el horizonte de la integración europea*, Madrid: INAP, 2004, págs. 137-182.
- “Apreciação geral dos projetos” (V Seminário de Justiça Administrativa - Responsabilidade Civil do Estado), in *Cadernos de Justiça Administrativa*, nº 40 (julho/agosto 2003), págs. 8-17.
- “O Estado de Direitos Fundamentais português: alcance, limites e desafios”, in *Anuário Português de Direito Constitucional*, II, 2002, págs. 23-43.
- “Anteprojeto de Regime Jurídico de Proteção da Água”, in *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente*, 2002 (junho), págs. 191-424 (em coautoria com José Cunhal Sendim, Isabel Abalada Matos, Isabel Moreira, Pedro Lomba, António Lorena de Sèves e Bárbara Cruz).
- “Restrições aos poderes do Governo em matéria de reconhecimento e de alteração dos estatutos das fundações de Direito Privado”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, 2002 (abril), págs. 347-382 (em coautoria com J.M. Sérgio Correia).
- “A responsabilidade civil pelo ilícito legislativo no quadro da reforma do Decreto-Lei nº 48 051”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, nº 27 (maio / junho de 2001); também in *Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado - trabalhos preparatórios da reforma* (org. MJ - Gabinete de Política Legislativa e Planeamento), Coimbra Editora, 2002.
- *Obras Públicas - Do pagamento do Prémio pela Conclusão Antecipada da Empreitada* (em coautoria com Diogo Freitas do Amaral), Lisboa: Azereado Perdigão & Pereira de Almeida, 2001, págs. 49-99.
- “Vers une protection juridictionnelle commune des citoyens en Europe(?)”, em coautoria com J.M. Sérgio Correia e Bernardo Ayala, in *Towards a Unified Judicial Protection of Citizens in Europe (?)*, org. Epamimondas Spiliotopoulos, Bruylant, 2000, págs. 572-584; também in J.M. Sérgio Correia / Bernardo Diniz de Ayala / Rui Medeiros, *Estudos de Direito Processual Administrativo*, Lisboa: Lex, 2002, págs. 52-63.
- “Do estatuto jurídico da Universidade Católica Portuguesa”, in *Direito e Justiça*, 2001, Vol.II, págs. 85-121.
- “Responsabilidade civil do Estado por omissão de medidas legislativas - o caso Aquaparque”, in *RDES*, 2000, nº 3 e 4, págs. 299-383 (em coautoria com Diogo Freitas do Amaral).
- *Ações de Responsabilidade - elementos do regime jurídico e contribuições para uma reforma*, Cascais: Principia, 1999.



CURRICULUM VITAE

- “Brevíssimos tópicos para uma reforma do contencioso da responsabilidade”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, nº 16, págs. 33-40 (julho/agosto 1999).
- “A confirmação de uma certeza: o reconhecimento dos efeitos ultraconstitutivos das sentenças de anulação - Anotação ao Ac. do STA de 16/04/98”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, nº 13 (janeiro/fevereiro 1999), págs. 37-41.
- *Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores anotado* (em coautoria com Jorge Pereira da Silva), Lisboa, Principia, 1997.
- “Admissibilidade de uma responsabilidade solidária em regime de litisconsórcio necessário - Anotação ao Ac. do STA de 28.11.1996”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, nº 4 (julho/agosto 1997), págs. 24-30.
- “Âmbito e limites da autonomia administrativa regional, in Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores - a autonomia no plano jurídico”, Ponta Delgada, *Jornal de Cultura*, 1995, págs. 115-137.
- “O Ministro da República e a coordenação da atividade dos serviços centrais do Estado no tocante aos interesses da região”, in *O Direito*, 1993, págs. 87-105.
- “As regiões autónomas e a aplicação das diretivas comunitárias” (em coautoria com José Maria de Albuquerque Calheiros), in *Direito e Justiça*, 1993, págs. 417-514.
- “O ambiente na Constituição”, in *RDES*, 1993, págs. 377-400.
- “Relações entre normas constantes de convenções internacionais e normas legislativas na Constituição de 1976”, in *O Direito*, 1990, págs. 355-377.
- “Valores jurídicos negativos da lei inconstitucional”, in *O Direito*, 1989, págs. 485-544.
- “Estrutura e âmbito da ação para o reconhecimento de um direito ou interesse legalmente protegido”, in *RDES*, 1989, págs. 1-107.